

CALABAR: TRAIADOR OU PATRIOTA?

Vasco MARIZ*

Em 1999 publiquei um longo estudo sobre um dos personagens mais controvertidos de nossa história - Villegagnon - em uma tentativa de resgatar a sua imagem injustamente negativa, à luz de recentes pesquisas na França e no Brasil. Hoje venho tentar analisar outra personalidade enigmática de nossa história - Calabar. Neste caso, não tive a intenção expressa de tirar-lhe a pecha de traidor, mas apenas de tentar esclarecer o seu nebuloso papel na tentativa de colonização holandesa em Pernambuco e no Nordeste brasileiro, no século XVII. Trata-se de um tema fascinante que sempre me intrigou desde jovem, com aspectos variados e curiosos, e espero trazer alguma luz com minhas pesquisas e estudos sobre o misterioso personagem.

Agora que começam os preparativos para as comemorações da colonização holandesa no Brasil, no século XVII, parece-me oportuno uma análise menos romântica, menos nacionalista e mais pormenorizada e objetiva do obscuro personagem da época, Domingos Fernandes, dito o Calabar. Foi ele mesmo um traidor ou talvez um patriota? E logo surgem diversas perguntas: traidor de que país? Dos portugueses, dos espanhóis, dos latifundiários luso-brasileiros da época? Da religião católica? E patriota de que país? Do Brasil, que ainda não existia, não é aceitável. De Portugal, que estava submetido à Espanha desde 1580? Ou talvez da própria Espanha, que de tão desinteressada entregou a um general napolitano, o conde de Bagnuolo, à frente de tropas do reino de Nápoles, a missão de defender os seus interesses no Brasil?

^(*) Vasco Mariz é historiador, sócio emérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, musicólogo e ex-embaxador do Brasil na Alemanha, Peru, Israel, Chipre e Equador.

A bibliografia exclusivamente de Calabar inclui uns poucos estudos históricos, vários romances de modesto valor publicados nos séculos XIX e XX, um longo poema do acadêmico Ledo Ivo, e até mesmo peças de teatro, como a de Chico Buarque e Rui Guerra, de 1970, que obteve algum sucesso na época da ditadura militar e na qual os autores instilaram forte conotação política e ideológica - *Calabar, o Elogio da Traição*. As fontes antigas são valiosas, embora sejam pequenas pelas paixões políticas e religiosas da época e, portanto, devem ser utilizadas com cuidado. A primeira delas é o interessante livro de Manuel Calado, frade que teria recebido a confissão *in extremis* de Calabar, autor do *Valeroso Lucideno*, de 1648, publicado treze anos depois da morte do personagem. No prólogo, o frade utiliza a expressão “amor de pátria”, mas na verdade ele se referia a “amor ao local de nascimento” e reitero que seu texto só veio à luz oito anos após a separação das coroas de Portugal e Castela. No século XX recordo a obra de Assis Cintra, de 1933, intitulada *A Reabilitação Histórica de Calabar* (Editora Civilização Brasileira), o *Major Calabar*, de João Felício dos Santos, e duas outras de Flávio Guerra, trabalhos aparentemente importantes, mas que são apaixonados e não convencem. A defesa de Calabar por esses autores não apresenta provas confiáveis.

No entanto, recentemente apareceram duas obras importantes: em 1997 o magnífico livro de meu colega e ilustre historiador Evaldo Cabral de Melo, *Rubro veio*, e em 2000, um meritório estudo curto, de 13 páginas apenas, minucioso e atualizado, talvez uma conferência, de autoria do pastor holandês-brasileiro Frans Leonard Schalkwijk, conhecido como autor de um bom livro sobre “A igreja e o estado no Brasil holandês”.. Para minha surpresa descobri esse texto através da *internet* e trouxe-me pormenores curiosos, resultado de pesquisas recentes, embora ainda incompletas, nos arquivos dos Países Baixos. Sua interpretação, como é natural, tem um viés holandês e por isso merece especial atenção. Nesta palestra, utilizando sobretudo os comentários dessas duas obras, tentarei debuxar um quadro, sob o ponto-de-vista brasileiro, dos dramáticos episódios que transcorreram entre 1630 e 1635.

Como bem salientou o historiador Paulo Knauss, em sua resenha do *Guia de Fontes do Brasil na França* (MinC/Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2002), devemos “tomar o Brasil como *construção* e não como *dado*. Assim, não há mais como admitir a idéia de *invasão estrangeira*, como se o Brasil surgisse fadado a ser português, tal como pressupõe o

Tratado de Tordesilhas. Ao contrário, tamanhas são as referências aos projetos de ocupação francesa destas paragens da América que é mesmo possível definir a terra do Brasil como *terra de disputa*”. Terra de ninguém, diria eu. Aliás a expressão “construção do Brasil”, título do excelente livro do historiador português Jorge Couto, não agradou a todos e seria talvez mais exato utilizar a palavra “formação” como título.

Na realidade, os interesses econômicos dos principais países europeus no século XVII estavam no Oriente, de onde recebiam as valiosas especiarias. Caio Prado disse que as viagens de Colombo às Américas e a de Cabral ao Brasil foram “acidentes de percurso” apenas. No Oriente já existiam estruturas geradoras de riquezas, ao passo que no Brasil era necessário começar de zero. Pormenor eloquente foi a iniciativa do chamado “papel forte” do padre Antônio Vieira, conselheiro do rei de Portugal, que chegou a negociar com os Países Baixos a troca do Nordeste brasileiro, mais Angola e São Tomé, pelo compromisso de a Holanda respeitar as valiosas possessões portuguesas no Oriente. No entanto, a conjuntura mudou, pois a partir das primeiras décadas do século XVII, a exportação do açúcar brasileiro atingiu tal volume na Europa que já superava o comércio de Portugal com o Oriente.

O Tratado de Tordesilhas, desde a sua divulgação, foi imediatamente contestado e desafiado Ao *mare clausum* espanhol, os franceses opunham a política do *mare liberum*, da liberdade absoluta dos mares, da total liberdade de comércio, primeiro defendida pelos franceses e depois pelos ingleses e holandeses. Por que deveriam os países reformistas acatar uma decisão unilateral do papa, o maior líder católico, que eles detestavam? Os reformistas e os judeus formaram então uma espécie de frente única contra a dominação católica do mundo, imposta pelo papa e pelos reis Felipe II e Felipe IV, da Espanha, em cujo reino “o sol nunca se punha”...

Ao ser iniciada a invasão holandesa na Bahia, em 1630, não havia uma consciência de unidade nacional em nosso país, mas sim de multiplicidade, como reconhece claramente Capistrano de Abreu em *Capítulos de História Colonial*. A esse respeito, cito também o historiador José Honório Rodrigues, em seu livro *A Civilização Holandesa no Brasil*: “Seria avançar em demasia afirmar um sentimento nacional ao pemambucano daquela época, quando o fato nacional estava apenas

aparecendo na própria Europa. É só no século XVIII que o caráter nacional sobrepuja o caráter local das cidades e vilas. Havia até então domínio do município sobre o nacional e é somente neste período que surgem os primeiros exércitos permanentes ao serviço de uma nação. Será pois um excesso de preconceito nacional querer ver aí um movimento nacionalista”. Arno Wehling lembra que o *Manifesto da Insurreição Pernambucana*, de 1645, contém a expressão “pátria pernambucana”, mas em um sentido nitidamente regional e não brasileiro como um todo.

O saudoso Barbosa Lima Sobrinho concorda plenamente com essa avaliação, dizendo: “No Brasil do século XVII não se encontrava ainda nenhum indício da consciência nacional brasileira. As lutas contra os holandeses foram uma reação causada pelos prejuízos que a classe rural luso-brasileira estava sofrendo com a administração holandesa.” Aliás Barbosa Lima considerava absurda a idéia de que as lutas contra os holandeses visavam apenas defender a unidade da nossa pátria nascente. Na realidade, os luso-brasilianos suplicavam a proteção das autoridades portuguesas, dominadas pelos governantes espanhóis, que tardaram a enviar reforços substanciais para combater os invasores.

Parece assim descartada na época a noção prematura de pátria, e sem pátria obviamente não poderia haver patriotas. Isso, porém, não exclui o amor à terra natal pelos *brasilianos* de então, e se acreditarmos no frade que teria confessado Calabar, ele sentia um grande amor pela terra onde havia nascido, a cidade hoje alagoana de Porto Calvo. Portanto, não é aceitável considerar Calabar um patriota, simplesmente porque não havia sentimento de pátria nem de unidade nacional em sua época. Tal sentimento só começou a consolidar-se no final do século XVII. Alguns autores nacionalistas, ou anti-portugueses, tentaram construir uma imagem falsa de que Calabar havia deixado seu chefe, o general Matias de Albuquerque, em 1632, e se juntado aos holandeses, por um sentimento patriótico de que o Brasil seria melhor governado pelos holandeses do que pelos luso-espanhóis. Sem dúvida ele amava a terra natal, mas o sentimento de pátria ainda não existia. Os motivos foram outros, de estrita ordem pessoal e sem qualquer motivação nacional, coletiva ou patriótica. Indubitavelmente, a defeção de Calabar lhe trouxe vantagens morais e materiais, e é o que vamos examinar a seguir.

Lembro que durante o regime luso-espanhol as condições de vida no Brasil eram duras e pouca liberdade existia. Os impostos eram

elevados, havia proibição de viagens, de fabricação de tecidos, de abertura de escolas, de comércio com países estrangeiros, do exercício de profissões de artes aplicadas e da posse de livros, exceto os religiosos. O catolicismo era a única religião permitida e a Inquisição era temível para os que fossem considerados heréticos. Já com os holandeses, havia promessa de mais liberdade, justiça e de melhores condições econômicas e sociais.

A palavra traição é muito grave e o dicionário Koogan / Houaiss assim a define: “felonía, deslealdade, ato de trair”. Traição é, portanto, o ato de deixar de dar apoio a uma causa, a um país, a um partido, a uma entidade, a um amigo. Ora no início do século XVII não havia ainda país a ser traído, havia sim a causa dos luso-brasileiros que estavam sendo despojados pelos holandeses de suas melhores propriedades e lutavam para recuperá-las e expulsar os invasores. A esses Calabar traiu indubitavelmente.

Flávio Guerra, fonte nada fidedigna, afirmou que Calabar era dono de três engenhos de açúcar, mas não foi encontrada qualquer prova nesse sentido. Frans Schalkwijk parece aceitar tal hipótese, apesar de o nome de Calabar não figurar na lista de donos de engenhos da região, preparada pelos holandeses na época. O pastor holandês nos oferece, em seu estudo, vários exemplos de traidores de ambos os lados. Soldados franceses a serviço da Companhia das Índias Ocidentais passaram-se para o lado português por motivos religiosos. E houve judeus que fizeram o mesmo por razões inversas, para fugir da inquisição católica que queria obrigá-los a se converterem. Soldados napolitanos católicos passaram-se para os holandeses em busca de maior liberdade, e até mesmo um capitão holandês vendeu-se aos portugueses, em 1645, entregando o forte Santo Agostinho. Conta-nos o estudioso holandês: “Houve pessoas que trocaram de campo até duas vezes e acabaram entrando para a história com honras, como o padre jesuíta Manuel de Moraes e o próprio João Fernandes Vieira, (...) que ajudou um conselheiro holandês a achar o tesouro enterrado de seu antigo patrão português”.

Portanto, o fato de Calabar haver migrado para o lado holandês, por motivo justificado ou não, era coisa corriqueira naquele tempo e se ele não tivesse ajudado os holandeses de maneira tão decisiva, ninguém hoje ouviria falar dele. Aí está, portanto, o ponto nevrálgico da questão, pois a deserção de Calabar não teria sido nada de corriqueiro ou insignifican-

te - sua ajuda aos batavos foi significativa, completou e consolidou a implantação holandesa. Sem o aporte pessoal dos conhecimentos pormenorizados de Calabar sobre a região, os holandeses teriam sido obrigados a fazer um esforço muito maior, ou até mesmo poderiam ter desistido de se instalar em Pernambuco. Por isso a sua *traição* é importante e entrou para a história. Vejamos as possíveis motivações desse ato, que não foi repentino e sim bem pensado e amadurecido. Suas razões eram bastante fortes, como veremos.

Domingos Fernandes Calabar nasceu em Porto Calvo, Alagoas, na primeira década do século XVII, filho de pai português desconhecido e de mãe indígena ou mameluca, Ângela Álvares, que sempre escondeu do filho a identidade de seu progenitor. Este foi o primeiro complexo de inferioridade que Calabar desenvolveu: ele detestava o pai, que deixou a mãe em dificuldades. Era, portanto, um mameluco e tinha pele bastante bronzeada. Na época, todos os que não eram rigorosamente brancos, eram chamados de “negros” e, na realidade, Calabar era moreno, talvez até bastante escuro. Frei Manuel, em seu livro, chamou-o de “mulato”. Alguns autores pouco simpáticos a ele já o classificaram como “mulato ignorante e analfabeto”, mas certamente ele foi muito mais do que isso.

O menino teria estudado no colégio dos jesuítas (o que não está comprovado), era esperto, inteligente, alfabetizado, forte e até belo, dentro de seu tipo humano. Curiosamente, quando ocorreu a primeira invasão holandesa, em 1630, apesar de muito jovem ainda, (segundo informa Flávio Guerra, autor não muito confiável), ele já era dono de três engenhos de açúcar. Este fato levanta várias perguntas, uma das quais é a seguinte: se a mãe era pobre e o pai desconhecido, de onde saiu o dinheiro para adquirir esses engenhos? Frei Calado, da paróquia de Porto Calvo, acusou-o de haver sido um contrabandista e, talvez por isso, ele conhecia muito bem a região, sobretudo a foz, o percurso e as peculiaridades dos rios. Teria ele conseguido amealhar bastante dinheiro no contrabando para comprar os três engenhos de açúcar? Teria a sua possível fortuna vindo de atos de contrabando? Não se deve excluir tal hipótese, porque está comprovado que ele recusou-se a receber dinheiro dos holandeses pela sua “passagem”. Ele seria homem de algumas posses, apesar de sua mocidade, e na época de sua deserção tinha menos de 30 anos. Foi depois nomeado sargento-mor e mais tarde capitão do exército holandês, recebendo

os soldos correspondentes. Não teria chegado a major, como afirmou Felício dos Santos.

Mas como avaliar as motivações para um salto tão perigoso, do qual dificilmente haveria retorno? Já mencionei o fator racial, que era motivo para deboche e discriminações várias para indivíduos com as suas características. Os luso-brasilianos não tiveram a sensibilidade de evitar a sua “passagem”, pois não suspeitavam ainda de sua verdadeira importância. Calabar sabia da tolerância dos holandeses com os índios, pretos e escravos, e tal fato deve ter contribuído para a sua defecção, embora não deva ter sido a causa principal. Os seus conhecimentos da região davam-lhe possibilidade de galgar cargos importantes na administração báltava, talvez outra razão para incentivar sua ambição e vaidade.

Schalkwijk comenta que haveria “forças centrífugas e centrípetas” que o impeliam para o lado holandês e tudo indica que isso ocorreu. O pastor considera que “houve uma escolha religiosa voluntária por parte de Calabar, o que não era possível na direção oposta. Ele podia ter passado para o lado holandês sem filiação à “igreja do estado” e sua mulher Bárbara poderia ter procurado um padre católico romano para o batismo de seu filho. (...) A entrada da família Calabar na igreja reformada foi voluntária e o batismo do seu filho na igreja reformada do Recife, em 1634, aponta para isto”.

O citado estudioso holandês, e também o historiador C.R. Boxer, não acreditam em supostos crimes que Calabar teria cometido nos ataques a Barra Grande e Camaragibe, segundo nos relatou Frei Calado, tantos anos depois, em seu livro. O frade é considerado por vários historiadores responsáveis como “fonte caluniadora e não necessariamente fidedigna”. Flavio Guerra tampouco acredita que Calabar tenha fugido por motivo de supostos roubos anteriores, pois não tinha como assaltar bens do estado no Arraial de Bom Jesus e não foram encontrados documentos que falem em fraudes. Lembro também que essas acusações de roubo só surgiram muito tempo depois de sua morte. Consta que teria havido um processo contra Calabar por “descaminhos” com a fazenda luso-espanhola, mas esse processo nunca foi encontrado. Não é seguro dizer, portanto, que ele tenha fugido dos portugueses e espanhóis para escapar à justiça por delitos antigos. Matias de Albuquerque precisava dele, tudo fez para

recuperá-lo após a deserção e, se fosse o caso, colocaria na gaveta qualquer acusação menor contra ele.

Seja como for, as razões foram várias e a elas se poderá incorporar o fato de que sua mulher Bárbara, bela mameluca, estava esperando criança e ambos deviam aspirar a assegurar um *mundo melhor* para seus filhos. Não devemos descartar tampouco um papel mais importante da mulher de Calabar para a tomada da grande decisão do marido. Ao que se pode concluir por informações esparsas, Bárbara não era do tipo humilde e submisso e sim uma mulher dominadora, de personalidade forte, bem fora dos parâmetros da época e que soube lutar pela vultosa pensão, afinal concedida pelos holandeses a seus filhos. Ela pode ter levado o marido a dar “o grande salto”. Embora não exista documentação a respeito, no mundo luso-brasileiro eles deveriam sentir-se cidadãos de 2ª ou de 3ª classe, seres inferiores, e evidentemente não se conformavam com a perspectiva de que seus filhos viessem a sofrer as mesmas discriminações. Esclareço porém que, quando mencionei acima *mundo melhor*, referia-me a um mundo mais aberto, sem os constrangimentos raciais que o casal sofria habitualmente no mundo luso-brasileiro. Assim, não parecem ter fundamento as opiniões de autores nacionalistas que a sua deserção teria ocorrido apenas porque julgava que a sua pátria seria melhor governada pelos holandeses do que pelos portugueses. Não havia pátria naquela época, como já esclarecemos antes. No entanto, pelo menos naquela etapa da história, parecia evidente que o mundo de Mauricio de Nassau seria bem melhor do que o rígido e intransigente mundo luso-espanhol, onde sabidamente havia pouca liberdade.

O domínio holandês do Nordeste brasileiro durou 24 anos (1630-1654) e Calabar participou apenas da primeira fase de implantação (1630-35), durante a qual ele ajudou espetacularmente a consolidar o poder dos holandeses. De 1637 a 1644, os luso-brasileiros passaram a aceitar como irremediável a dominação holandesa e a colônia prosperou extraordinariamente sob a direção do conde João Mauricio de Nassau-Siegen, um alemão e não um holandês (como ainda pensam alguns), que instalaria na região uma comunidade quase renascentista, muito mais aberta do que o duro regime luso-espanhol de Felipe IV. E como apontou o próprio Schalkwijk, a luta contra os espanhóis tinha “implicações profundamente religiosas” e com os holandeses vieram para o Brasil

soldados de todos os cantos da Europa: franceses, valões, frísios, poloneses, alemães, ingleses e outros, que buscavam a liberdade de religião. Proclamações holandesas da época afirmavam que o governo assegurava “liberdade de consciência tanto para os católicos como para os judeus, desde que prestassem juramento de lealdade, e o governo garantia que a Holanda não investigaria as suas consciências”. Entretanto, como é hoje bem conhecido, o comportamento das autoridades holandesas no Brasil não foi tão liberal assim e, se Calabar tivesse vivido dez anos mais, certamente ficaria decepcionado com os numerosos atos de violência, discriminação e intransigência, que ocorreram, sobretudo após o final da administração de Maurício de Nassau.

Mas nos dois primeiros anos de luta (1630-32) estabeleceu-se um verdadeiro impasse: os holandeses dominavam os mares e as praias, mas os luso-brasileiros controlavam o rico interior, de onde anualmente saíam milhares de caixas do valioso açúcar. Naquela etapa inicial, quem mais teria contribuído para a vitória dos holandeses foi, sem dúvida, Calabar - daí o ódio secular contra ele. Olinda, a capital pernambucana, caiu nas mãos dos holandeses em fevereiro de 1630. No ano seguinte, os holandeses conquistaram a ilha de Itamaracá e lá construíram o forte Orange, comandado por um nobre polonês. A tática de guerrilhas dificultava a expansão holandesa e a principal base de resistência luso-brasileira estava situada em zona alagadiça, a 6 kms da praia, onde se localizava o famoso Arraial do Bom Jesus. Lá, certa vez, Calabar saiu ferido de uma escaramuça. A batalha naval de Abrolhos (setembro de 1631) terminou sem vencedores. Pouco depois, chegou a frota a princípio comandada por D. Luís de Rojas y Borja e depois pelo conde italiano Bagnuolo, com grandes reforços e que desembarcaram perto de Porto Calvo (hoje no estado de Alagoas), o maior povoado da região. O relativo equilíbrio de forças continuou até abril de 1632, quando ocorreu a deserção de Domingos Fernandes Calabar, fato que viria desequilibrar a luta, tornando-se ele o principal personagem da “primeira guerra mundial da história”, como apelidou Boxer.

O primeiro ato de “traição” de Calabar foi o ataque a Igaracú, importante povoação de Pernambuco na época, para onde os luso-brasileiros haviam transportado grande parte de seus pertences para salvá-los da pilhagem dos holandeses. O saque foi terrível e quem mostrou os

melhores acessos para Igaraçu aos batavos foi Calabar. A estocada feriu profundamente Matias de Albuquerque, seu antigo chefe e talvez amigo, que no entanto resolveu tentar recuperá-lo e conquistá-lo de volta, oferecendo-lhe o perdão, honrarias e vantagens pecuniárias. Não conseguiu nada. Calabar conquistou a amizade do coronel alemão von Schoppe e orientou-o em várias incursões pelas vizinhanças, causando tremendos estragos aos portugueses. Em 1633, ele conduziu os holandeses para o norte, conquistou Filipéia (atual João Pessoa) e o forte de Santa Catarina, chegando até ao forte dos Reis Magos, ao lado de Natal, Rio Grande do Norte. Schalkwijk informa que depois atacaram ao sul, sempre com a ajuda de Calabar, chegando até o importante Cabo Santo Agostinho, que oferecia um porto protegido aos portugueses para receberem reforços e enviar açúcar para Portugal. O general Matias de Albuquerque desesperou-se com os progressos dos holandeses e tentou mandar matar Calabar utilizando um primo seu, Antônio Fernandes, que fora criado com ele. Ofereceu-lhe elevada quantia, que foi aceita, mas a emboscada falhou e daí por diante Calabar tomou maiores precauções.

Se a princípio ele era olhado com certa desconfiança pelos holandeses, não tardou a fazer-se amigo dos mais altos chefes, fato que ficou comprovado por ocasião do batismo do terceiro filho de Domingos Fernandes e sua esposa Bárbara Cardoso, na igreja reformada do Recife, no dia 20 de setembro de 1634. Tal como nos confirma Schalkwijk, estavam presentes à cerimônia altas autoridades holandesas, como “o alto conselheiro Servatius Carpentier, o coronel Sigismund von Schoppe, o coronel polonês Christofle Arciszewski, o almirante Cornelius Lichthart e uma senhora da alta sociedade holandesa. O pastor oficiante foi provavelmente o reverendo Daniel Schagen”. Outra prova de apreço e agradecimento dos holandeses por seus eficientes trabalhos ocorreu depois da morte de Calabar, em 1635, quando a viúva passou a receber “por cada um de seus três filhos o salário de um soldado holandês, num total de 24 florins mensais, o equivalente ao salário de um mestre-escola. Tais vantagens não foram concedidas à família de um pastor e capelão do exército holandês, tombado ao serviço da Companhia”. Schalkwijk relata que seu chefe imediato, Major Alexandre Picard, ficou tão deprimido com a morte do amigo Calabar que teve de ser enviado de volta à Holanda, onde repousou em casa de um irmão, o pastor Coevorden. Pessoalmente, creio que basta a prova da concessão da citada pensão à viúva para comprovar

o reconhecimento e o apreço que os chefes holandeses tinham por Domingos Fernandes.

Entretanto, aquele mundo novo em que Calabar havia entrado, fortalecido por suas proezas militares e por ter granjeado a estima das mais altas personalidades holandesas do momento, não duraria para ele mais de dois anos. Ele estava marcado para morrer e dificilmente poderia escapar algum dia, não muito distante. Em março de 1635, os holandeses atacaram Porto Calvo, importante povoação ao sul de Pernambuco e cidade natal de Calabar. O general Bagnuolo retirou-se para o sul com suas tropas e o conde polonês Arciszewski não tardou a apossar-se da fortaleza lusa, com auxílio tático de Calabar. Os habitantes da região, aconselhados por Frei Manuel Calado do Salvador, aceitaram o domínio holandês e os padres católicos foram autorizados a levarem suas imagens de santos. Entretanto, os luso-espanhois-italianos tiveram superioridade momentânea e cercaram um grupo de holandeses, entre os quais estava Calabar, e foram obrigados a render-se perto de Porto Calvo. Nos termos da rendição, Calabar ficou “à mercê de el-Rei”, mas mesmo assim foi submetido a um rápido tribunal militar e condenado a ser enforcado e esquartejado, o que aconteceu no dia 22 de julho de 1635. Com ele foi enforcado também um judeu que prestara colaboração aos holandeses.

A título de curiosidade, cito as palavras de Frei Manuel Calado na edição de Recife, 1942 (páginas 48 e 49) : “Tanto que apontou a noite se pôs a soldadesca em ordem e o sargento-mor dos italianos Paulo Barnola, com o Probusto (juiz municipal) e mais ministros da justiça, tiraram ao Calabar da prisão e, a um esteio que ali estava junto à casa lhe deram o garrote, e o fizeram em quartos, os quais puseram em cima dos paus da estacada, que havia servido de trincheira aos holandeses, e com tanta pressa, que nem lugar lhe deram a se despedir e pedir perdão aos circunstantes, como ele queria, receiosos de que dissesse ou declarasse algumas cousas pesadas, o que ele não tinha intenção de fazer, segundo o havia prometido ao padre”. Os luso-hispano-italianos se retiraram precipitadamente, temerosos da próxima chegada de reforços holandeses.

Em verdade, Calabar sabia demais e foi morto apressadamente, sem se permitir que dirigisse a palavra ao povo que assistiu ao enforcamento. Como se diria hoje em dia, ocorreu uma verdadeira “queima de arquivo”. Os holandeses protestaram formalmente contra a violação

dos termos de rendição, pois havia ficado acordado que ele deveria ficar à disposição de El Rei. Matias alegou que, sem a ratificação do acordo por Madrid (e não havia tempo para isso), o acordo não tinha validade.

Frei Manuel Calado foi seu confessor e, no livro publicado treze anos depois, atribuiu alguns fatos a Calabar, que não convenceram vários historiadores importantes. Dois dias depois de sua morte, o corpo esquartejado ainda estava insepulto e quando chegaram numerosas tropas holandesas ao local, comandadas por Von Schoppe e Arcieszewski, seus amigos se indignaram e quiseram vingar-se dos lusos-brasileiros. Foram afinal convencidos pelo frade que mais valeria esquecer o episódio para não enfurecer os moradores da região, de quem os holandeses necessitariam para o cultivo da cana de açúcar e a criação de gado. Romancistas e historiadores nacionalistas colocaram frases altissonantes e patrióticas nos lábios do mameluco, cuja autenticidade nos parece altamente duvidosa, como aliás está desmentido no citado livro de frei Calado.

O estudo do pastor Schalkwijk, datado de 2000, é especialmente interessante porque muito recente e representativo do ponto-de-vista holandês sobre Calabar. A fonte brasileira mais importante, publicada em 1997, é sobretudo qualificada, porque se trata de obra de Evaldo Cabral de Melo, hoje considerado o melhor especialista na história de Pernambuco na época colonial. Em *Rubro veio* ele analisa em profundidade o imaginário da restauração pernambucana. O primeiro desses comentários se refere à obra *Desagravos do Brasil*, de Loreto Couto, que reproduz como curiosidade pelos preconceitos da época: “Se entre nós servia como mulato e pelejara como branco, corresponderiam os prêmios a seus méritos, como corresponderam a Henrique Dias, que sendo preto soube com o esforço do ânimo e maravilhosa constância emendar o defeito da natureza, e se bem não o estimaram os portugueses quanto o temeram os inimigos, o despachou El-Rei com foro de fidalgo, larga tença, posto de mestre-de-campo e hábito de Cristo, suprimindo as suas provanças por seus grandes merecimentos” (pag. 224/225). E comenta Evaldo com espírito que “de acordo com esse sistema de retribuições, Henrique Dias embranquecera-se pela dedicação à boa causa” E o historiador acrescenta: que Calabar enegrecera-se pela deslealdade. Mais adiante lembrou que os cronistas mais intransigentes no seu nativismo chegaram a explicar a D. Pedro II,

por ocasião de sua visita ao Recife, que Calabar era natural “das margens do rio São Francisco, já na província da Bahia”...

No entanto, os entusiastas da colonização holandesa tentaram a reabilitação de Calabar. Em Alagoas onde nasceu, chegaram a dar o seu nome a uma rua de Maceió, com a justificativa de que ele tivera em vista servir a pátria colonial, na persuasão de que o Brasil teria mais a lucrar passando de colônia portuguesa a colônia holandesa. Meu comentário é que os cidadãos atuais da Indonésia, Borneo, Nova Guiné e do Suriname dificilmente concordarão com tal afirmativa, já que a administração holandesa foi nitidamente extrativista e não verdadeiramente colonizadora, como a dos portugueses no Brasil. Mas continuemos a ouvir o douto Evaldo Cabral de Melo.

Lembro que Maurício de Nassau tentou, por carta, convencer os dirigentes da Companhia das Índias a enviar-lhe colonos ou, até mesmo, prisioneiros e galés das masmorras holandesas para povoar o Nordeste brasileiro. Teve a mesma visão, portanto, que Villegagnon no Rio de Janeiro, que clamava ao rei Henrique II, da França, o envio de soldados e colonos para a Guanabara. Devido à falta de auxílio das metrópoles, que no momento atravessavam crises financeiras e problemas dinásticos, dois dos mais promissores e valiosos empreendimentos coloniais europeus sucumbiram à tardia reação lusitana, que afinal se dava conta da real importância do Brasil. Como estaria hoje dividido o nosso país se aqueles dois chefes de visão tivessem sido atendidos pelos seus governos?

E prossegue Cabral de Melo: “Estava-se a fazer do pobre mestiço de Porto Calvo, que apenas pensava fugir à sorte avara que o regime escravocrata destinava ao *lumpenproletariat* de mamelucos e mulatos livres, uma espécie de arauto incompreendido da modernidade brasileira” (página. 401). O historiador pernambucano lembra ainda que Euclides da Cunha projetou escrever um drama histórico em versos sobre o período holandês e chegou a compor um fragmento sobre Calabar. Evaldo recordou ainda obras do baiano Agrário Souza Menezes, do português Mendes Leal Junior, do amazonense Goetz de Carvalho, dos militares Abreu e Lima (que lutou na batalha de Ayacucho ao lado de Bolívar), de Fernando Gama e do inglês Robert Southey, que condenaram severamente o comportamento de Calabar. Já o escritor Fernandes Pinheiro, em meados do século XIX, pedia que se procurasse entendê-lo, ao que lhe

respondeu de maneira curiosa Varnhagen, pouco depois da guerra do Paraguai. Assim escreveu o famoso historiador: “A reabilitação de Calabar não seria mais justificável do que a de qualquer oficial inferior que, por cometer alguma falta ou por mera ambição, desertasse para o inimigo paraguaio na última guerra”. Ora, aqui voltamos ao conceito de pátria no início do século XVII, que já analisamos ao principio desta palestra e que não merece acolhida.

Outros autores mais românticos levantaram ainda outra hipótese: Calabar estaria apaixonado por uma bela moça branca, Maria César, que o teria preterido por Fernandes Vieira. O poeta Souza Meneses e o romancista Mendes Leal Jr. abraçaram essa teoria do ressentimento amoroso e não é impossível que Calabar, embora já casado e com filhos, se houvesse apaixonado por aquela jovem e, contrariado em sua pretensão amorosa, tivesse decidido pela deserção. Concordo porém com Schalkwijk que os sentimentos de Calabar por sua mulher Bárbara seriam muito fortes e parecem descartar essa hipótese amorosa.

E acrescenta Evaldo Cabral de Melo: “O nativismo pernambucano e Varnhagen haviam condenado inapelavelmente o trãnsfuga. Fernandes Pinheiro, Souza Menezes e Mendes Leal Jr. procuraram compreendê-lo. Sua metamorfose em herói nacional seria feita, já sob o regime republicano, por Goetz de Carvalho, que procurou discernir na atitude de Calabar uma motivação eminentemente política e emancipacionista, encarnando aspirações nacionais”

Em recente conversa comigo, Evaldo disse-me acreditar que o papel de Calabar nas lutas contra os holandeses foi propositadamente magnificado nas *Memórias diárias da guerra do Brasil* do donatário Duarte de Albuquerque Coelho, para justificar a derrota de seu irmão mais jovem Matias de Albuquerque aos olhos de Madrid e Lisboa. Lembro que Matias esteve preso em Lisboa de 1636 a 1640, por ordem do Conde Duque de Olivares. Esse novo aspecto da questão me parece muito importante, isto é: a atuação de Calabar teria sido menos relevante do que quase todos os historiadores e cronistas apregoaram. Outro pormenor que pareceria comprovar essa possível ampliação proposital do papel desempenhado por Calabar está mencionado indiretamente por Frei Calado em seu livro. Afirmou ele que a ajuda prestada pelos índios tapuias e pitiguares foi o fator mais importante da vitória dos holandeses, e não apenas o aporte que

lhes deu Calabar. Cito: “Os índios foram o principal instrumento de os holandeses se apoderarem de toda a capitania de Pernambuco e de a conservarem por tanto tempo”. Bagnuolo, em carta de 1637 ao rei Felipe IV, concorda plenamente com a especial relevância do auxílio dos indígenas. No entanto, tampouco podemos esquecer as informações de que Calabar teria treinado os índios nas táticas das operações de guerrilhas, fator decisivo para a vitória inicial dos holandeses.

Evaldo Cabral de MeIo já havia assinalado, em *Olinda Restaurada*, que “a colaboração de Calabar só se torna proeminente nas fontes portuguesas. Os holandeses creditam-lhe somente os bons serviços prestados como guia”. Já nas fontes locais, isto é luso-hispano-brasileiras, ele passou a assumir o papel de estrategista e de verdadeiro gênio em matéria de guerra de guerrilhas, o que pode ter sido um exagero proposital do donatário destinado a valorizar, perante Madrid e Lisboa, o mérito da resistência de seu irmão Matias de Albuquerque e do Conde Bagnuolo, tentando assim justificar as suas derrotas.

Concluindo, o principal motivo da “passagem” do Calabar para o lado holandês foi mesmo o *racial*, não só pelo muito que ele havia sofrido em toda a sua vida, como sobretudo por antever um futuro melhor, sob o aspecto racial, para seus filhos, todos mamelucos como ele. Calabar estava convencido de que, vivendo entre os holandeses, seus filhos não seriam continuamente insultados ou humilhados. E repito que essa motivação racial pouco, ou nada, teria a ver com pátria ou qualquer tipo de previsão de que a colonização holandesa poderia vir a ser melhor do que a portuguesa para o futuro do Brasil. Era cedo ainda para chegar a essa conclusão. Julgava ele que, devido à conhecida tolerância dos holandeses, os cidadãos brasileiros não-brancos, isto é, pardos, pretos, índios, mamelucos, cafusos, e também os católicos e os numerosos judeus nas terras do Brasil seriam melhor tratados por eles do que se a região continuasse a ser dominada pelos luso-espanhois. Por isso tudo provavelmente resolveu “sair do sistema”, como se diz hoje em dia. Recordo ainda que, em 1632, quando ele passou-se para os batavos, não havia qualquer perspectiva de independência de Portugal em relação ao jugo espanhol, o que só acabou acontecendo em 1640, isto é, oito anos depois da fuga de Calabar.

Além desse incentivo relacionado com os direitos humanos, Calabar deve ter tido outro forte motivo para a sua “passagem”, como já assinaléi anteriormente - a ambição de um maior, ou mais rápido, reconhecimento profissional em sua carreira militar, em atenção aos serviços que poderia prestar aos batavos. Ele sabia que, como mameluco, não poderia ir muito longe nos meios luso-brasilianos, tão imbuídos de preconceitos raciais. Calabar conseguiu, em três anos apenas, chegar a capitão do exército holandês e um biógrafo seu atreveu-se a chamá-lo de major. Atingir o grau de capitão com cerca de 30 anos já era um belo feito e tivesse ele vivido até os 40 anos de idade, poderia ter alcançado a patente de tenente-coronel, tão relevantes foram os seus serviços. Enfim, isso é mera especulação, mas que não deve ser descartada.

Curiosamente, em minhas leituras da bibliografia de Calabar, nada encontrei sobre o intermediário dessa “passagem” para o lado batavo. É claro que ele não poderia bandear-se com toda a sua família para o inimigo sem a prévia aprovação de autoridades holandesas. Alguém o aliciou, alguém o estimulou, ou de alguém ele se valeu para negociar a operação. Outro empecilho para esse “salto” era certamente o idioma, já que Calabar não falava o holandês, e pouquíssimos holandeses, sobretudo no início da invasão, falavam o português. A resposta me parece simples: nessa etapa histórica do Nordeste foi importante a participação dos judeus, muito numerosos e influentes na época, e quase sempre bilíngues. Acredito que foi um judeu influente quem anteviu a potencialidade da ajuda que Calabar poderia prestar aos holandeses e o convenceu ambas as partes das vantagens que isso lhes acarretaria. Serviu-lhe de intérprete até que o mameluco estivesse em condições de entender -se com os holandeses, o que teria ocorrido em poucas semanas apenas de intenso aprendizado do idioma dos Países Baixos.

Schalkwijk cita, ao final de seu curto trabalho, embora pormenorizado e atualizado, que nos faltam cinco documentos, que deveriam estar em arquivos holandeses ainda não localizados. Eles poderão talvez esclarecer em definitivo alguns aspectos ainda obscuros da vida de Calabar. Dois desses documentos - se é que realmente existiram - parecem bastante significativos: 1º) uma carta de Calabar, do mês de março de 1632, a Matias de Albuquerque, seu antigo chefe, explicando as razões de sua deserção. 2ª) um relatório do major holandês Alexandre Picard à Companhia das Índias Ocidentais sobre a rendição de Porto Calvo, no qual ele teria

reproduzido trecho de carta de Calabar ao governo de Recife. Teria dito ele: “Vós, os holandeses, oferecestes a liberdade ao Brasil, ao meu amado Pernambuco. Um homem como eu, que recusou honras e proventos, não é um traidor. Se houve traição, foi uma traição justificada pela nobreza do motivo”. Entretanto, a linguagem desses dois documentos é estranhamente moderna e tanto Cabral de MeIo quanto eu desconfiamos desses textos, que podem ter sido forjados, no entusiasmo dos defensores de Calabar. O relatório foi divulgado por Flávio Guerra e a carta anterior foi publicada por Assis Cintra, que não são confiáveis. Esses dois apaixonados estudiosos da vida de Calabar não apresentaram provas de que tais documentos realmente existiram. Talvez por isso, Schalkwijk não conseguiu encontrar nada nos arquivos dos Países Baixos,

Voltamos então à pergunta-título deste ensaio: Calabar foi traidor ou patriota? Eu responderia que não foi traidor, nem patriota. O termo mais apropriado seria apenas *desertor*, o que indubitavelmente ele foi. Traidor me parece excessivo e demasiado severo, à luz de tudo o que comentamos. Falar em Calabar como patriota também foi, sem dúvida, um exagero e prematuro. E tampouco devemos esquecer que seu verdadeiro papel, nos anos de 1632 a 1635, pode ter sido bem menos importante do que numerosos autores lhe quiseram atribuir, pelos motivos já expostos acima. Algum dia talvez saberemos mais.

BIBLIOGRAFIA SELETA

- Abreu, Capistrano de - *Capítulos de História Colonial*, Editora Briguiet, 1954, 1954.
- Assis Cintra - *A reabilitação histórica de Calabar*, Editora Civilização Brasileira, RJ, 1933.
- Barleus, Gaspar - *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*, 2ª edição, Recife, 1980.
- Boxer, C.R. - *Os holandeses no Brasil*, Editora nacional SP, 1961.
- Buarque, Chico e Guerra, Rui - *Calabar, o elogio da traição*, Editora Civilização Brasileira, 16ª edição, 1972. (peça teatral)
- Calaça, F.J. Gomes - *Calabar, Maceió*, 1898.
- Calado, Frei Manuel - *O Valeroso Lucideno e o triunfo da liberdade*, edição de 1942 da Cooperativa Editora de Cultura Intelectual Pernambucana, 2 volumes.

- Carvalho, Goetz de - *Estudos pátrios: Calabar perante a história*, Manaus, 1899.
- Coelho, Duarte de Albuquerque - *Memórias diárias da guerra do Brasil*, Secretaria do Interior, Recife, 1944.
- Couto, Domingos do Loreto - *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*, 2ª edição, Recife, 1981.
- Fersoli - *O enigma de Calabar*, ABC Latino, Alfabeto Cultural, Belo Horizonte, 1990.
- Fischlowitz, E. - *Christoforo Arcieszewski*, Imprensa Nacional, RJ, 1959,
- Gama, J. B. Fernandes - *Memórias históricas da província de Pernambuco*, Recife, 1844/47.
- Guerra, Flávio - *Uma aventura holandesa no Brasil*, Recife, 1983.
- Calabar: traidor, vilão ou idealista ?* ASA Pernambuco, Recife, 1986.
- Ivo, Ledo - *Calabar*, poema, editora Record, RJ, 1985.
- Leal, José da Silva Mendes - *Calabar na história brasileira do século XVII*, Tipografia do Correio Mercantil, RJ, 1863, em 4 volumes.
- Lima Sobrinho, J. A. Barbosa - *O centenário da chegada de Nassau e o sentido das comemorações pernambucanas*, Recife, 1936.
- Mello, Evaldo Cabral de - *Olinda Restaurada*, Editora Top Books, 2ª edição, Rio de Janeiro, 1998.
- Rubro veio*, Editora Top Books, Rio de Janeiro, 1997.
- Mello, J. A. Gonçalves de - *João Fernandes Vieira*, Imprensa Universitária, Recife, 2 volumes, 1967.
- Menezes, Agrário de Souza - *Calabar* (drama em verso em cinco atos), Salvador, 1868.
- Nunes, Luiz (Severino Sertanejo) - *História da Paraíba em verso*, Editora UNIPÊ, João Pessoa, 2001.
- Pinheiro, T.C. Fernandes - *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, 2ª edição, 1980.
- Rodrigues, José Honório - *Civilização holandesa no Brasil*, Editora Nacional, SP, 1940.
- Santos, João Felício dos - *Major Calabar*, Círculo do Livro, SP, 1960.
- Schalkwijk, Frans Leonard - *Por que Calabar? - o motivo da traição*, Appledoorn, Holanda, 2000. Tese captada na Internet.
- _____ - *A Igreja e o Estado no Brasil holandês*, Recife, 1986.
- Southey, Robert - *História do Brasil*, editora Obelisco, SP, 3 vol., 1977.
- Varnhagen, F. A. de - *História das lutas com os holandeses no Brasil*, Viena, 1871.
- _____ - *História geral do Brasil*, 8ª edição, 5 vol., São Paulo, 1975.
- Watjen, Hermann - *O domínio colonial holandês no Brasil*, Brasiliana, SP, 1938.